

TERRITÓRIO E COTIDIANO DA PRISÃO: ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CUIABÁ/MT

TERRITORY AND EVERYDAY PRISON: THE CASE STUDY OF THE SOCIAL REHABILITATION CENTER OF CUIABÁ, MT (BRAZIL)

GUILHERME ROSA DE ALMEIDA

Universidade Federal de Mato Grosso
guilhermealmeida1@yahoo.com.br

RESUMO. As taxas de encarceramento no Brasil são alarmantes – temos o 4º maior número de presos em números absolutos do mundo. São 549.577 presos e apresentamos uma das maiores superlotações do mundo, com déficit de 240.503 vagas. Este cenário é motivo de preocupação por parte das autoridades e da sociedade civil organizada. Devemos investigar, debater e conhecer os espaços prisionais afim de superar a falta de planejamento do poder público e do engajamento da sociedade civil sobre este tema, acabar com os estereótipos. O Estudo de caso é no Centro de Ressocialização de Cuiabá, unidade prisional masculina, em Cuiabá/MT, penitenciária destinada a 470 homens, hoje com cerca de 1.200 homens detidos. Quando pensamos na análise do cotidiano do espaço prisional, escolhemos o conceito geográfico de território, principalmente quando entendido em um viés não ortodoxo, vendo no conceito de território multidimensional a possibilidade de compressão dos poderes paralelos ao Estado, que agem ora em associação, ora em conflito com este. Entendemos isso, pois dentro do rol de conceitos balizadores da geografia, o de território trata com intimidade do aspecto do poder, aspectos essenciais para a compreensão das prisões. O território envolve a compressão de acesso, limites, fronteiras, o controle do fluxo das pessoas e o exercício da autoridade. Os grupos que compõem o espaço prisional são complexos e altamente heterogêneos, possuindo tramas em suas relações que são difíceis de decifrar e entender. Podemos classificar de forma simplificada por três categorias os grupos: econômica, cultural e política. Econômica: aqui significa os presos que possuem renda e os que não possuem. Esta renda pode vir dos trabalhos formais (nas oficinas da unidade) e informais (como lavar roupa de outros presos, jogos de cartas, etc.). A fonte pode ser os familiares, e diversas outras possibilidades de renda ilegais. Cultural: a crença religiosa, o nível educacional e a existência de habilidades profissionais dos reclusos são fatores que os separam culturalmente. Aceitar uma religião ou não dentro da unidade é um fato de segregação clara: existem espaços evangélicos e os espaços não evangélicos, com privilégios nos evangélicos. O nível educacional e de habilidades profissionais fazem com que os reclusos sejam utilizados como mão de obra pelo sistema penitenciário. Os espaços que os presos “trabalhadores” ocupam são diferenciados também, com melhores condições. Político: os reclusos que são lideranças religiosas e/ou intelectuais têm facilidade de acesso à administração da unidade, aos serviços de defensoria pública, à assistência social e médica. Estes vícios são possíveis graças à parceria com alguns servidores do estado. Existindo ainda forte comércio dentro da unidade, as mercadorias que ali circulam são monopolizadas para determinados presos.

PALAVRAS-CHAVES. TERRITÓRIO, PENITENCIÁRIA, EXCLUSÃO.

ABSTRACT. Incarceration rates in Brazil are alarming – Brazil is the country with the fourth largest number of prisoners in absolute numbers in the world with 549,577 prisoners and one of the greatest carcerary overcrowding rates in the world with a 240,503 vacancies deficit. This scenario concerns the authorities and organized civil society. We should investigate, discuss and learn about the prison spaces in order to overcome the lack of planning of the Government and the civil society engagement on this issue, putting an end to stereotypes. The case study is in the Centro de Ressocialização de Cuiabá, masculine prison facility in Cuiabá/MT, a penitentiary for 470 men, today with 1,200 men detained. When we think of an analysis of the daily life in the prisional area, we choose the geographical concept of territory, especially when understood in an unorthodox way, seeing in the concept of multidimensional territory the possibility of comprehension of parallel powers to the State, which act at times in association and at other times in conflict with it. We understand so because, within the list of geography’s underpinning concepts, the territory treats with intimacy the aspect of power, essential aspects for understanding prisons. The territory involves the compression of access, boundaries, borders, control of the flow of people and the exercise of authority. The groups comprise the prison space are complex and highly heterogeneous, with plots in their relations that are difficult to

decipher and understand. We can classify the groups in a simplified form in three categories of prisoners: *economic, cultural and political*. Economical: here we refer to prisoners who have income and those that do not possess it. This income can come from formal jobs (in the workshops of the unit) and informal (such as doing other inmates' laundry, card games, etc.) The source of income may be family members, and various other possibilities of illegal income. Cultural: religious belief, the educational level and the existence of professional skills of inmates are factors that separate them culturally. Accepting a religion or not inside the unit is a clear fact of segregation: there are evangelical spaces and non-evangelical spaces, with privileges at the evangelical ones. The educational level and professional skills make the inmates be used as labour for the State prison system. The spaces that the working prisoners occupy are also differentiated, with better conditions. Political: prisoners who are religious leaders and/or intellectuals have easier access to the unit administration, to the public defender's office services and to social and medical assistance. These vices are possible thanks to the partnership with some servers in the State. Besides, existing a strong trade inside the prison, the goods therein circulating are monopolized for certain prisoners.

KEYWORDS. TERRITORY, PENITENTIARY, EXCLUSION.

INTRODUÇÃO

O sistema penitenciário brasileiro é um dos maiores e mais complexos do mundo, possuímos o 4º maior número de pessoas encarceradas em números absolutos do mundo, chegando a 549.577 presos em dezembro de 2013 e apresentando uma das maiores superlotações do mundo, com déficit de 240.503 vagas. A taxa de crescimento do encarceramento brasileiro entre os anos 1990 e 2012 foi de 450%, sem dúvida um fenômeno importante e devemos destacar essencialmente urbano.

Contudo o tema das prisões e como se dá a vida material em seu interior é muito pouco explorado na academia e na sociedade como um todo, existindo muitas vezes um estereótipo sobre as prisões, como se fossem todas iguais e estáticas em suas práticas. Ao estudarmos as prisões observamos que estas apresentam uma dinâmica incrível e uma vida intensa cheia de conflitos, cooperações, relações pessoais e muitas disputas pelo *poder*.

Neste trabalho vamos estudar a realidade material de uma unidade penitenciária e buscar entender essencialmente como se dá a produção do cotidiano e do território em seu interior, compreendendo com maior clareza como funciona na prática esse sistema penitenciário. Para isso realizaremos uma breve introdução sobre a história das prisões e depois analisarmos com mais profundidade a disputa de poder, o controle, acessos e privilégios que existem dentro do espaço prisional.

Vamos estudar o poder que os diferentes agentes produtores do espaço possuem dentro da penitenciária e como modelam e disputam o controle do território. Permitindo identificar os diferentes grupos e suas práticas: conflitos, dominação, cooperações que geram privilégios e exclusões. O presente Estudo de Caso tem como objeto o Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), unidade prisional masculina, na cidade de Cuiabá/MT, localizada no bairro Novo Mato Grosso, região norte da cidade. Instituição com capacidade para 470 homens, hoje abrigando cerca de 1.200 homens, número que varia diariamente. A experiência visceral do autor com o tema e com a unidade é sem dúvida importante para este estudo, professor da rede básica de ensino desde 2010 no sistema penitenciário e vive o cotidiano da prisão como condição de seu ofício.

TERRITÓRIO E COTIDIANO NA PRISÃO

O espaço prisional é complexo e multifacetado, compreendê-lo em sua totalidade é um desafio. Nosso estudo é o espaço prisional pela ótica geográfica, onde reconhecemos que o espaço é produzido pelos seres humanos e práticas sociais, recordando Santos (2006: 145): "... o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade dispõe de certa autonomia."

As prisões são produzidas e dentro da nossa sociedade burguesa capitalista, desta forma, os processos externos aos muros estão presentes e se reproduzem dentro da prisão: a segregação espacial, econômica e social. Essas instituições privam os seres humanos de liberdade com o discurso de proteção da sociedade e ressocialização dos seres humanos, contudo as práticas em seu interior e o alto índice de reincidência não nos permitem dizer que as prisões podem cumprir com sua pretensa função social.

Este estudo busca ouvir e observar os grupos sociais que produzem o espaço prisional. Principalmente aqueles que ali permanecem cotidianamente, presos, agentes penitenciários e funcionários técnicos (professores, técnicos administrativos, e técnicos da saúde) e outros que são fundamentais e compõem a vida prisional como por exemplo as visitas. Observar suas relações sociais, cotidiano, rotinas e como controlam o espaço e disputam o poder, permitindo que compreendamos a trama vivida por estes grupos e a construção e reconstrução permanente dos diferentes territórios na prisão.

Observando esse processo de segregações e diversificação dos território e rotinas dos presos, podemos simplificarmente, estabelecer três categorias fundamentais para classificá-los: *econômica*, *cultural* e *política*. *Econômica*: aqui significando a separação entre os presos que possuem renda e os que não possuem. Essa renda pode vir dos trabalhos formais (através da administração da unidade) e informais (como lavar roupa de outros presos, jogos de cartas, sabendo que jogos de azar em tese, são proibidos dentro da unidade prisional, etc.), dos familiares, das rendas externas dos reclusos que tem fontes diversas e muitas vezes obscuras. *Cultural*: a crença religiosa, o nível educacional e a existência de habilidades profissionais dos reclusos são os fatores que os separam culturalmente. Aceitar uma religião ou não dentro da unidade é um fato de segregação clara, existem *espaços evangélicos* e os *espaços não evangélicos* (chamados de ímpios). O nível educacional e de habilidades profissionais fazem com que os reclusos sejam utilizados como mão de obra pelo sistema penitenciário.

Os espaços que os presos "trabalhadores" ocupam são diferenciados também. O processo educacional é sem dúvida segregador, pois existem aqueles presos que podem estudar e os que não podem os ímpios. Essa é uma forma de controle do espaço e da vida dos presos. *Política*: os reclusos que são lideranças religiosas e/ou intelectuais na unidade tem facilidade de acesso a administração da unidade, aos serviços de defensoria pública, serviço social, psicológicos, saúde e detém em parceria com alguns servidores do Estado o monopólio das mercadorias que circulam na unidade.

O comércio dentro da unidade prisional é pulsante, intenso e diversificado, sendo responsável por boa parte da dinâmica territorial dentro da prisão. Pode-se observar diferentes serviços, produtos e trocas. Existindo uma regulação do comércio interno, realizado pelos presos em comunhão com a administração da prisão, onde presos selecionados podem se deslocar pelos corredores (os

“correria”) e realizar as trocas, entre outras atividades. Existindo diversas regras e uma estrutura hierárquica para se vender, comprar e pagar. Podemos afirmar que *o comércio* é um das atividades que mais caracteriza a prisão, pois ele está presente em quase todas as ações que compõe a vida prisional. Analisando mais detalhadamente, o comércio é a atividade que caracteriza toda a nossa sociedade capitalista. Sobre isso esclarece Claval (1979, p. 57): “As formas de regulação mais eficazes da sociedade civil são as que nascem da troca; essa dá origem, com efeito, a processos de resoluções de conflitos.”

Podemos afirmar que existe uma promíscua relação entre a igreja e a administração da unidade prisional do CRC deixando claro como é fraca a presença institucional do Estado. A governança da prisão está longe de ser um programa efetivo do poder estatal, muito menos nas prisões estaduais. Seria ingênuo pensar que sofremos apenas de um problema técnico e de gestão, embora existam poucos técnicos competentes e engajados no sistema penitenciário. A falta de planejamento e gestão no que tange o universo penitenciário está enraizada em nossa cultura, que por séculos fez das prisões espaços para segregar as pessoas.

Neste vácuo que o Estado deixa outras organizações e grupos se fortalecem e ocupam o espaço, em alguns presídios existem os grupos criminosos organizados como o Comando Vermelho (Rio de Janeiro) ou o Primeiro Comando da Capital (São Paulo), em outros temos a presença das práticas religiosas dentro dos presídios. As Igrejas evangélicas neopentecostais em sua maioria, vem em tese, para garantir um direito do preso (assistências religiosa) e para colaborar com sua ressocialização, contudo constroem também um sistema hierárquico, estabelecem a cobranças de dízimos entre outras práticas questionáveis.

METODOLOGIA E TÉCNICAS METODOLÓGICAS

A pesquisa científica exige um posicionamento, não existe produção do conhecimento que seja neutra. Esse posicionamento é fruto da nossa concepção de mundo e de sociedade, constroem as lentes com que miramos o mundo e como estudá-los e interpretá-lo. Desta forma preferimos deixar claro, aqui quais são o nosso entendimento de sociedade e o papel do pesquisador, recordamos Lênin (1977 apud Maximo, 2000: 80). “... se chama intelectualidade precisamente porque é a que reflete e expressa de modo mais consistente, decidido e exato, o desenvolvimento dos interesses de classe e os grupos políticos em toda a sociedade.”

Esse entendimento nos imprime a responsabilidade de nos posicionarmos criticamente em relação a ciência, a produção do conhecimento e ao mundo. Sendo que encontramos na Geografia crítica calçada no materialismo-histórico-dialético, base para leitura e interpretação de mundo. Estando atendo ao fato de que as ciências humanas e sociais tem um propósito interpretativo, visando à compreensão da sociedade e da cultura.

Neste trabalho os conceitos de espaço e território serão os principais guias, ambos entrelaçados e apoiando-se mutuamente. Escolhemos analisar o espaço prisional dessa ótica, não por aleatoriedade, mas porque nesses conceitos estão presentes a essência da ciência geográfica e a partir do conceito de espaço surgem todos os outros na geografia. Teremos assim uma coerência nos estudos a partir de um entrelaçamento entre espaço e território, buscando os autores com a mesma base teórica e mesma linha metodológica e epistemológica como Milton Santos, Ruy Moreira, Michel Foucault entre outros que mantém posicionamento crítico frente a realidade.

Na geografia existe um amadurecimento no que tange a liberdade metodológica e a consciência de que a pesquisa exige um posicionamento ideológico. Saquet, Candiotta e Alves (2010, p. 57) afirmam ao debater o conceito de território que: “... os elementos basilares do território são sociais e definidos historicamente. Podem ser compreendidos de diferentes maneiras, de acordo com a opção teórico-metodológica e política de cada pesquisador”.

Diversos autores ao conceituar território o relacionam às seguintes questões: *poder, micro poder, territorialidades, micro territorialidades, temporalidades, fronteiras, limites, zonas ao redor dos limites, acesso e controle do acesso, as dimensões culturais, políticas e econômicas*. Desta forma o conceito de território se faz importantíssimo e muito corrobora para entendermos o espaço prisional. Onde as fronteiras, acessos, limites e a disputa cruel pelo poder se faz presente, chegando a conflitos que ficam densos no ar.

As técnicas metodológica a serem utilizadas estão relacionadas aos desafios que encontramos e ao tema em estudo. No caos que é entender uma unidade penitenciária, o maior desafio é falta de dados confiáveis quantitativa e qualitativamente. Outro ponto é a insegurança dos entrevistados, a maioria das pessoas falam da corrupção no sistema, mas ninguém identifica quem faz ou deixa de fazer o que. Apenas diz que o sistema não funciona, mas a questão é para quem não funciona e para quem funciona? Todos esses elementos do discurso foram levados em conta em nossa análise. A pesquisa teve como técnicas metodológicas o estudo da bibliografia especializada, principalmente em livros, artigos, as legislações e resoluções pertinentes. Complementando esse quadro e sendo o base material sobre a qual pesquisa se sustenta realizamos nas entrevistas *in loco* com diferentes agentes produtores do espaço: presos, agentes penitenciários, professores, gestão da unidade e a vivência visceral do pesquisador no espaço prisional.

OS DIFERENTES TERRITÓRIOS E COTIDIANOS NA PRISÃO

As prisões como as conhecemos hoje são instituições recentes na formação da humanidade, foram criadas dentro de um cenário específico da revolução burguesa do século XVIII. Antes disso existiam as penas punitivas de suplícios ou banimento, a reclusão em uma masmorra, prisão ou calabouço era apenas temporária. A visão de penitência sempre esteve presente e na ideia de prisão, lugar onde através do isolamento, da privação de liberdade e do adestramento do corpo poderia ser modelado o comportamento dos seres humanos. As prisões foram construídas para adestrar o corpo e o comportamento, ensinar determinadas lições e transformar os homens e as mulheres, impondo-os o ritmo da máquina.

Na Grécia Antiga e na Roma Antiga já eram aplicadas as penas de morte, entre outras, consideradas desumanas nos dias de hoje como: açoites, castigos corporais, mutilações, escravidão, galés, entre outras. Essas penas existiram durante milênios nos sistema jurídico no mundo ocidental. As prisões existiam, mas eram provisórias, ali os presos ficavam até serem condenados a alguns destes castigos. No período da Antiguidade que vai do século VIII a.C até o ano 476 d. C, que a pena começa a deixar de ser um instrumento particular de vingança para se tornar uma forma de preocupação e intervenção do poder central seja o Estado Monárquico ou o Senhor Feudal.

As penitenciárias enquanto objetos arquitetônicos nascem com o panóptico de J. Bentham (1789), mas já existiam enquanto discurso político. Estudiosos e juristas burgueses vão fazer

discursos contra os suplícios. Segundo Foucault (2011) trata-se de uma mudança na “economia do castigo”, não se vai mais tocar no corpo e realizar suplícios públicos, mas entra em cena uma nova abordagem. A privação da liberdade como castigo e reforma moral do condenado através da disciplina do corpo e docilidade para o trabalho.

Historicamente os espaços prisionais são marcados pela exclusão e marginalização, não sendo objetos de interesses da análise científica e quando o foram, muitas vezes estavam imbuídos de preconceitos sobre as classes sociais e as “raças” dos sujeitos presos. Os estudos sobre racismo levaram ao desenvolvimento da Frenologia que estudava e classificava as raças, deste sentido Silva e Silva (2006: 346) esclarece que: “Lombroso, criador da Antropologia Criminal defendia que a criminalidade era uma questão biológica e hereditária e, poderia ser identificada pela utilização da Frenologia.” A compreensão de que o espaço prisional é um objeto tecnológico criado e arquitetado para demonstração de poder e controle social, onde as estruturas que comandam a sociedade impõem sua lógica é recente. Vem sem dúvidas através da obra magistral de Foucault *Vigiar e Punir*, de 1975 que investiga a genealogia das prisões e desconstrói o discurso da prisão como uma instituição a serviço da justiça social, mas mantenedora do *status quo*.

Ao tratar do tema das penitenciárias na América Latina, o autor Carlos Aguirre (in Maia, Netto, Costa e Bretas, Vol.1, 2009, p. 62) descreve os processos de segregação dentro das prisões. Evidenciando que no período colonial, o fator racial era determinante para segregação espacial:

Em termos da administração das prisões, a classificação e separação de presos, segundo sua condição racial, não foi legalmente implementada, mas as divisões e tensões raciais influíam claramente sobre as formas e a administração do castigo, a destinação de espaço físico e a distribuição de recursos e privilégios.

Esses privilégios e segregações são prática cotidianas até hoje nas penitenciárias, sabendo que boa parte da vida prisional é regulada por regras impostas pelos próprios detentos. No CRC, unidade em estudo, não observamos o critério da cor e da raça como um dos principais aspectos da segregação espacial dos presos, mas outros fatores são determinantes como: *renda, grau de escolaridade, aparência física e contatos (advogados, amigos, familiares)*. Os privilégios incluem diversas questões que vão desde acessos mais fácil a assistência médica, psicológica, assistência social, projetos de educação e trabalho até acesso a regalias como DVD dentro das celas, rádio, TV e outros benefícios da tecnologia.

A criação de segregações, diferenciações e disputas por espaço e poder dentro da prisão, nos encaminha para a uma leitura onde a perspectiva de *território* seja nossa guia. O conceito de território envolve a compressão de acesso, limites, fronteiras, controle do fluxo de pessoas e o exercício da autoridade. Estes aspectos são de uma tangibilidade palpável dentro da unidade prisional, sendo de extrema importância no cotidiano da vida prisional. O território define o espaço onde as pessoas “moram” dentro da unidade, como moram e qual a sua rotina. O cotidiano de cada recluso é ditado pela escala hierárquica que ele ocupa dentro da prisão, isso reflete na localização que ele “mora” dentro da prisão.

O território não é produzido de maneira isolada, ele decorre das articulações estruturais e conjunturais a que os indivíduos e grupos sociais estão submetidos numa determinada época, tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente na sociedade.

A estrutura e o funcionamento de uma sociedade manifesta-se na produção do espaço, o poder e o controle espacial constituí o território que é organizado e controlado não apenas pelo Estado, mas por diversos grupos que atuam ora em cooperação, ora em conflito. Souza (2013: 87-88) que deixa claro como o poder está na essência do que seja o território para geografia: “Não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que às vezes vagos, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis.”

Os territórios internos do Centro de Ressocialização de Cuiabá são divididos prioritariamente entre os grupos evangélicos e os não evangélicos, sendo que as Igrejas Evangélicas que atuam no presídio possuem na prática o controle do espaço prisional. A unidade prisional é dividida em duas Unidades I e II, e essas divididas em corredores, alas e celas. A Unidade I é maior, mais antiga e possui dois corredores. A Unidade II é menor, mais nova, e podemos afirmar um espaço privilegiado, chamado “container” por ser de metal. Privilegiado, pelo motivo de que as celas abrigam apenas quatro presos, o número de presos especificado em projeto arquitetônico para cada cela, além de outras facilidades no acesso ao trabalho e outros privilégios na penitenciária. Na Unidade I a superlotação é esmagadora, sendo 20, 30 presos onde caberiam 8. Quanto maior a superlotação, maior o poder das igrejas evangélicas.

O espaço dentro da Unidade I é dividido entre as Igrejas, o corredor B é dividido entre a Igreja Universal e a Igreja Deus é Amor, sendo a Universal a que ocupa maior espaço, controlando mais alas e celas. O corredor A é controlado pela Igreja Assembleia de Deus, maior igreja dentro da unidade. No território controlado por essas igrejas, ela que determinam o que os reclusos podem ouvir nas rádios, as roupas que podem vestir (calça ou bermuda), como são os procedimentos de visita, as rotinas de cântico e cultos, etc. Segundo um dos entrevistados, que hoje se encontra no regime semiaberto e não é evangélico, diz o seguinte: R: “A igreja forçava, muito a barra, a questão do jejum, ficar sem comer até 2 horas da tarde. Nunca concordei com isso.”

No total são 15 Alas na Unidade I (14 nos corredores e mais uma chamada de Fraca externa), sendo que três são não evangélicas ou ímpias, onde as regras sociais são diferentes daquelas das Alas evangélicas. Permitindo que os presos fumem, usem maconha e outros tóxicos. Esses presos não possuem acesso fácil a assistência médica, jurídica ou a escola, existindo uma restrição as atividades desenvolvidas dentro da unidade. O discurso é de que estes presos não querem colaborar com o “sistema”, mas isso é para disfarçar os privilégios e os esquemas para permitir uma vida mais confortável para determinados presos em detrimento de outros.

O despertar, o desjejum, as rezas, os cultos, as leituras bíblicas, os cânticos entre outras ações que são desenvolvidas e controladas pelas Igrejas, elas promovem a existência de uma rotina dentro da unidade prisional. Essas atividades religiosas convivem com as atividades organizadas pelo Estado, através dos funcionários, as atividades organizadas pelo Estado são: sair da tranca pela manhã às 06h30, alimentação: café da manhã às 07h00, almoço às 11h00 e jantar às 17h00, contagem de presos às 16h00 e a tranca 16h00 ou 18h00 (dependendo do plantão). As atividades de trabalho não são para todos os presos existem aqueles que estão em espaços privilegiados, as chamadas alas de trabalhadores. Os que trabalham acordam 06h30 e são contados às 07h00, vão trabalhar às 07h30 até às 10h40. Temos horário de almoço às 11h, com retorno ao trabalho às 13h00 até às 16h00 ou 17h00, o horário de estudos para aqueles engajados é basicamente o mesmo dos que trabalham.

Esse processo de ocupação das prisões pelas igrejas é um processos com avanços e retrocessos e é visto com bons olhos pela sociedade e pelo Estado, pois ajudam a controlar a barbárie promovendo a exceção do Estado de sua responsabilidade, como também alimenta os conflitos contínuos e diários dentro da unidade prisional. Segundo um dos agentes prisionais entrevistados, antes de 2000 o número de conflitos, brigas e pequenas revoltas dentro da unidade contra a administração era muito grande.

Contudo devemos destacar que a rotina é diferente para aqueles presos da Unidade II, que além de estarem todos contemplados com atividade de trabalho, existe ainda um diferencial, muitos dos presos ali trabalham o dia todo e no fim do dia às 17h00 quando finalizam o trabalho, podem ir depois para a escola noturna que funciona apenas os presos da Unidade II.

Na Unidade II existe um projeto desde 2012 onde os presos homossexuais são retirados do convívio dos outros presos e alojados em uma Ala só para eles, chamada de “Ala Cor de Rosa”. Esse projeto foi inicialmente concebido em Minas Gerais e Paraíba por volta de 2007, o projeto visa evitar a exploração sexual dentro da prisão, ouvimos relatos arrepiantes dos travestis e gays que são até leiloados dentro da unidade. O esquema de prostituição e exploração sexual dentro das prisões que é intenso e envolve presos e agentes públicos.

CONCLUSÃO

É apenas debate público e democrático que pode-se compreender melhor as instituições prisionais e repensá-las seriamente, através da pesquisa e da práxis queremos colaborar com esse processo. No intuito de desvendar muitos dos problemas e conflitos que existem nas prisões e seguir em uma direção de envolvimento com o problema é que realizamos esta pesquisa. Acreditamos que somente o engajamento e a militância são capazes de prover mudanças no mundo, para isso precisamos de conhecimentos sobre as prisões, os presos e todos os discursos que sustentam esse processo prisional. É importante saber superar e pensar novas propostas para as penitenciárias brasileiras, compatíveis com nossa leitura de mundo, onde o isolamento das prisões, o seu esquecimento e distanciamento geográfico e social da sociedade são incabíveis.

Como espaço por excelência de exclusão social, os presídios conseguem reproduzir no seu interior, os privilégios (para os que se incluem) e recriar novas marginalidades, excluindo ao máximo para os excluídos. As diversas realidades das unidades prisionais precisam ser (re)conhecidas pela sociedade para podermos (re)pensar a nossa postura frente a esse processo e deixarmos o senso comum e os preconceitos de lado. Faz-se necessário enfrentarmos o problema e não isolá-lo dentro de altos muros.

Sem uma mudança na estrutura e no funcionamento da sociedade a prisão continuará com mudanças em sua aparência física e algumas mudanças no comportamento dos agentes e funcionários do sistema penitenciário, mesmo que sejam importantes para acabar com a extrema violência, essa mudanças em nada mudam as questões essenciais. A aparência é alterada cotidianamente, sem que exista uma revisão geral desta nossa sociedade. Quando e como os presídios vão assumir a sua função social? Deixar de recriar privilégio e exclusões? Acreditamos que apenas uma transformação geral da sociedade, do paradigma burguês e capitalista chegando ao fim, algo que hoje não está em pauta em nenhum lugar do mundo.

Nos socorremos mais uma vez em Foucault, para entendermos que existem algumas relações muito sutis entre as prisões e a estrutura da sociedade capitalista. Indicando que a possibilidade de mudanças concretas dentro das prisões é improvável dentro deste contexto. Afinal o que realmente as prisões significam neste contexto que vivemos, a sociedade burguesa capitalista. Não é demais lembrar Foucault que identifica em seus estudos que a burguesia tem estratégias para fazer a justiça e a burocracia funcionar a seu favor.

Abrimos espaço para que existam esses dois círculos da justiça, um para determinada classe social e outro para outra. Esta questão é tão enraizada em nossa sociedade que na prisão, um espaço de exclusão por excelência, as pessoas reproduzem esta exclusão, medem o grau de renda e influência que cada um possui e criam suas estruturas hierárquicas baseadas neste processo. Reproduzem todas as injustiças, segregações, marginalizações e não acesso a direitos que existem na sociedade capitalista dentro da unidade prisional. Dentro da unidade prisional, os sujeitos que possuem determinados privilégios desviam a lei e os regulamentos em proveito próprio e isso com a devida conveniência dos servidores públicos, criando e recriando os territórios e o cotidiano para atender a seus interesses pessoais.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Flávio Mourão. *O Edifício Inimigo: A Arquitetura de Estabelecimentos Penais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Escola de Arquitetura da UFMG, 2002
- ARRUDA, Raimundo Ferreira de. *Por uma geografia do cárcere: territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno em Recife – PE*, 2006, 111p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BRASIL. *Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, p.10227, 13 de Julho de 1984. Seção 1
- BRASIL, Câmara dos Deputados. *CPI Sistema Carcerário*. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, 2009.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. 74p.
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 352p.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano – Artes de Fazer*. 3ªed.Vozes. Petrópolis, 1999. 176p.
- CLAVAL, Paul. *Espaço e Poder*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979. 258p.
- CONGRESSO NACIONAL. *CPI Sistema Carcerário*. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara Federal. Brasília, 2009.
- D'URSO, Luíz Flávio BORGES. Linhas Mestras para Construção, Arquitetura e Localização de Estabelecimentos Prisionais. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, n. 19, ago./Nov. pp. 183-210.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 30ªed.Vozes. Petrópolis-RJ. 2011. 291p.
- GAWENDA, Romilda Laurindo Oliveira. *Análise regional do Norte Araguaia mato-grossense: das políticas de desenvolvimento à construção de territorialidades*. Cuiabá, 2006, 273p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. espaço, tempo e crítica*. Niterói, vol. 1, n° 2. Ago./2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc>. Acesso 01/05/2014
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 2005, São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005 p. 6775- 6791.
- MAIA, Clarissa Nunes. NETTO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos. BRETAS, Marcos Luiz. (orgs). *História das Prisões no Brasil*. 1ªed. Rio de Janeiro: Rocco. 2009. v. 1. 314p.
- _____. Org. *História das Prisões no Brasil*.1ªed. Rio de Janeiro: Rocco. 2009.v. 2. 317p
- MARX, Murilo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2003. 224p.
- MAXIMO, Antonio Carlos. *Os intelectuais e a educação das massas*. Campinas. Autores Associados, 2000. 120p.
- MORAIS, Antonio. C.R. *Geografia: Pequena História Crítica*. Annablume, 20ª.ed. São Paulo, 2005. 130p.
- MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. MOREIRA, Ruy (org). *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982. 125p.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia). *Território Livre*, São Paulo, n. 1, 1979.
- MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico: as matrizes clássicas originárias*. vol. 1. Contexto. São Paulo, 2008. 191p.
- NETTO, João Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo. Expressão Popular. 1º ed. 2011. 64p.
- NETTO, José Paulo. *O Leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 504p.
- OKADA, Keylla Pereira. “Re” Socialização: Entre a Promessa e a Prática, Cuiabá, 107p. Monografia (Bacharelado em Direito). Faculdade de Direito. Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Regras Mínimas para o Tratamento do Recluso*. 1957. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_6/IIIPAG3_6_12.htm. Acesso em 20 jun. 2014.
- PEREIRA, S. P.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. B. C (Orgs.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 215p.
- PINHO, Rachel Tegen de Pinho. *Cidade e Loucura*. Cuiabá-MT: Ed. Entrelinhas e EdUFMT, 2007.143p.
- ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as Categorias da Geografia: Espaço, Território, e Paisagem. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia: Instituto de Geografia da UFU, V.9, n 27, 2008. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15724/8897>> Acesso em: 03 ago.2014. (REVISTA ON LINE)
- ROTH, Mitchel P. *Prisons and prison systems: a global encyclopedia*. Greenwood Press. Westport.USA. 2006.392p.
- SÁ, Alcindo José de. *Geografia do Direito: as normas como formas sócio-espaciais*. Recife-PE. Editora UFPE, 2009.160p.
- SANTOS, Edna Teresinha dos. *O Fenômeno da Prisonização: (Uma experiência no Complexo Médico-Penal do Paraná)*, Curitiba, 2003.56p. Monografia (Especialização em Segurança Pública), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- SANTOS, Milton. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, p. 103-109, jul/dez, 2000.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp 6º edição. 2006. 143p.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. 22ª ed. São Paulo: Record, 2012. 176p.

- SAQUET, Marco Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente. (org.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 144 p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma Geografia das Territorialidades e Temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 132p.
- SECRETARIA DE ESTADO JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Governo do Estado de Mato Grosso. Diagnóstico Setorial e Avaliação dos Programas da SEJUDH. Insumos para Plano Plurianual 2012-2015. Disponível em: <http://www.sejudh.mt.gov.br/UserFiles/File/SEJUDH/DIAGNOSTICO%20SOCIAL%20-%20SEJUDH%20OFICIAL.pdf>. Acesso em 27/04/2014
- SILVA, Roberto da e MOREIRA, Fábio Aparecido. Educação em Prisões: apontamentos para um Projeto Político Pedagógico. *Congr. Intern. Pedagogia Social* July. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/26.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014
- SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. Contexto. São Paulo, 2006. 440p.
- SOARES, Rowayne Ramos. *Educação de Jovens e Adultos no contexto do Centro de Ressocialização de Cuiabá-MT: Práticas de leitura, escrita e letramento*, Cuiabá, 2012, 196p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2012.
- SOUZA, Ana Inês (org.). *Paulo Freire: vida e obra*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 244p.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.320p.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida, CORRÊA Roberto Lobato e PINTAUDI Silvana Maria (Orgs.). *A cidade contemporânea. Segregação espacial*. São Paulo: Editor Contexto, 2013. 207p.
- VAZ, Oscar de Vianna. *A pedra e a lei*, Belo Horizonte, 2005.258p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Ferais. Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2005.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 174p.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.766p.